



CONTRATO Nº 2023.05.10.02/001-SMS

PREÂMBULO

O **GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA, CEARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rod. CE 090, 1076 – km 01- Itambé – Caucaia, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.616.162/0001-06, por intermédio da **SECRETARIA DE SAÚDE**, doravante denominada de **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu respectivo Ordenador de Despesas, Sr. Emerson Diniz Lima, no final assinado, e do outro lado, a empresa **AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.290.912/0001-24, doravante denominada de **CONTRATADA**, localizada na Rua do Rosário, nº 77, 203, CEP: 60.055-090, Centro, Fortaleza/CE, Telefone: (85) 3031-9800, representada pelo Sr. Geraldo Henrique Araújo, inscrito no CPF nº 227.241.411-72, no final assinado, de acordo com a Dispensa de Licitação Nº 2023.05.10.02-SMS, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se as partes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.05.10.02-SMS, em conformidade com o art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como o art. 10 do Decreto Municipal nº 1.333, de 26 de abril de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL ABELARDO GADELHA DA ROCHA E HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAUCAIA/CE.

2.2. O objeto contratual se limita a prestação dos itens/serviços abaixo descritos:

LOTE 1 - HOSPITAL MUNICIPAL DR. ABELARDO GADELHA DA ROCHA								
ITEM	DESCRIÇÃO/CATEGORIA	TURNO	JORNADA	QTD. POSTOS	QTD. FUNC.	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR GERAL 2 meses
01	Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	12x36	8	16	R\$ 11.087,69	R\$ 88.701,52	R\$ 177.403,04
02	Auxiliar de Serviços Gerais	Noturno	12x36	6	12	R\$ 12.669,67	R\$ 76.018,02	R\$ 152.036,04
03	Técnico - Controle de vetores e higienização de reservatórios d'água	Diurno	22h	1	1	R\$ 3.672,07	R\$ 3.672,07	R\$ 7.344,14
04	Auxiliar de Serviços Gerais	Adm.	44h	4	4	R\$ 5.511,04	R\$ 22.044,16	R\$ 44.088,32
05	Jardineiro	Adm.	22h	1	1	R\$ 3.454,79	R\$ 3.454,79	R\$ 6.909,58
06	Encarregado de Turma	Diurno	12x36	1	2	R\$ 11.950,99	R\$ 11.950,99	R\$ 23.901,98
07	Encarregado de Turma	Noturno	12x36	1	2	R\$ 13.593,73	R\$ 13.593,73	R\$ 27.187,46
VALOR GERAL							R\$ 19.435,28	R\$ 38.870,56



LOTE 2 - HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA								
ITEM	DESCRIÇÃO/CATEGORIA	TURNO	JORNADA	QTD. POSTOS	QTD. FUNC.	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR GERAL 2 meses
01	Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	12x36	5	10	R\$ 10.585,62	R\$ 52.928,10	R\$ 105.856,20
02	Auxiliar de Serviços Gerais	Noturno	12x36	4	8	R\$ 12.167,60	R\$ 48.670,40	R\$ 97.340,80
03	Técnico - Controle de vetores e higienização de reservatórios d'água	Diurno	22h	1	1	R\$ 3.421,04	R\$ 3.421,04	R\$ 6.842,08
04	Auxiliar de Serviços Gerais	Adm.	44h	3	3	R\$ 5.260,00	R\$ 15.780,00	R\$ 31.560,00
05	Jardineiro	Adm.	22h	1	1	R\$ 3.414,96	R\$ 3.414,96	R\$ 6.829,92
06	Encarregado de Turma	Diurno	12x36	1	2	R\$ 11.448,92	R\$ 11.448,92	R\$ 22.897,84
07	Encarregado de Turma	Noturno	12x36	1	2	R\$ 13.091,66	R\$ 13.091,66	R\$ 26.183,32
VALOR GERAL							R\$ 48.755,08	R\$ 297.510,16

2.3. A execução deverá atender as descrições, quantidades e valores expressos no quadro acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

3.1. O presente contrato tem o **valor global de R\$ 736.380,72 (setecentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta reais e setenta e dois centavos)**, a ser pago na proporção da execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões fiscais e trabalhistas, todas atualizadas.

3.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento na proporção da execução dos serviços, conforme verificação dos mesmos pelo setor responsável e após o encaminhamento da documentação tratada no subitem abaixo, observadas as disposições processuais.

3.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na conta bancária do fornecedor, acompanhado da seguinte documentação:

- Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

3.3. A nota fiscal que contiver erro ou rasura será devolvida à Contratada para retificação, reabrindo-se em favor da Contratante o prazo para atesto e pagamento.

3.4. Por ocasião da execução dos serviços solicitados, a CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome da Secretaria de Saúde do Município de Caucaia/CE.

3.5. Todas as informações necessárias à emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto à Secretaria de Saúde.

3.6. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

3.7. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:



- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.

3.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

3.9. Em hipótese alguma será permitido o reajuste dos preços contratados.

3.10. DA REVISÃO DO CONTRATO: Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

3.10.1. O pedido de revisão deverá ser instruído com planilha demonstrativa dos aumentos dos custos originais, próprios e exclusivos da execução contratual e mediante negociação entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O prazo para o início da execução dos serviços fica fixado em 01 (um) dia útil contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço por parte da Contratada.

4.2. O prazo para início dos serviços poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério do órgão contratante e mediante a comprovação de fatos supervenientes ou imprevisíveis pela Contratada.

4.3. O Prazo de execução dos serviços será de **60 (sessenta) dias**, contados da data de recebimento da ordem de serviço.

4.4. O Prazo de vigência do contrato é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, ou até a conclusão do procedimento licitatório para o mesmo objeto desta contratação.

4.5. A execução dos serviços licitados deverá ser **SOB DEMANDA**, ou seja, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas **ORDENS DE SERVIÇOS**, pela unidade administrativa contratante.

4.6. A prestação dos serviços deverá acontecer nos locais determinados pela CONTRATANTE.

Rua Coronel Correia, 2089 – Centro
Caucaia - CE, CEP: 61600-004
E-mail: sms@caucaia.ce.gov.br
Telefone: (85) 33428023



CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no vigente Orçamento Municipal, inerentes à Contratante, na(s) seguinte(s) dotação(ões): Projeto/Atividade: 06.21.10.302.0014.2.038.0000 / 06.21.10.302.0014.2.034.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00. Fonte de Recursos: 1.500.1002.00 / 1.621.0000.00 / 1.600.0000.00.

CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

6.2. A **CONTRATADA** obriga-se a:

6.2.1. Executar os serviços constantes neste Termo de Referência, dentro das descrições, quantidades e valores constantes na proposta de preços vencedora, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal;

6.2.2. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo os vícios, defeitos ou incorreções ao objeto contratual, que porventura venham a ocorrer, serem reparados, corrigidos, removidos ou substituídos, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

6.2.3. Fornecer número telefônico para contato, para registrar ocorrências sobre a qualidade dos serviços;

6.2.4. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

6.2.5. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quanto à prestação dos serviços objeto desta contratação;

6.2.6. Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

6.2.7. A Contratada não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e não utilizará o nome do município de para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida oficialmente pela Contratante;

6.2.8. A presença da Fiscalização da Contratante durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços;

6.2.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Nº. 8.666/93;

6.2.10. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa da qual decorreu a contratação, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

6.2.11. A contratada autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

6.2.12. Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado



deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.3. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

6.3.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados;

6.3.2. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente à execução do Contrato;

6.3.3. Efetuar o pagamento à Contratada mediante apresentação da(s) respectiva(s) fatura(s), após comprovação da regularidade fiscal e da atestação pelo setor competente da Contratante, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual e condições contratuais;

6.3.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

6.3.5. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

6.3.6. Indicar o horário e local adequado para a execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

7.1. A Contratante reserva-se o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações ou alterações no Termo de referência e especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, conforme art. 65, I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

7.2. À **CONTRANTE** caberá o direito de promover acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mantendo-se as demais condições do contrato, nos termos do art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

7.3. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 58, I e artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

7.4. As alterações realizadas no presente instrumento deverão ser realizadas por meio da celebração de termo aditivo, exceto nos casos de simples apostila previstos no art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da Contratada, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterada e consolidada, as seguintes penas:

8.1.1. Se a **CONTRATADA** deixar de executar os serviços objeto da presente contratação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do mesmo, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de CAUCAIA/CE e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura Municipal de CAUCAIA/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) apresentar documentação falsa exigida para a dispensa;
- b) não manter a proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na execução do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;



III. Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

IV. Multa moratória de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

V. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do contrato, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento de contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterada e consolidada, as seguintes penas:

a) advertência;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado;

8.2. Após o devido processo administrativo, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município de CAUCAIA/CE em favor da Contratada ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

8.3. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. Ocorrerá a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito a indenização de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:

9.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou da legislação vigente;

9.1.2 - Lentidão na execução dos serviços, levando ao Governo Municipal a presumir pela não conclusão dos mesmos nos prazos estipulados;

9.1.3 - Cometimento reiterado de erros na execução dos serviços;

9.1.4 - Concordata, falência ou dissolução da empresa ou insolvência de seus sócios, gerentes ou diretores;

9.1.5 - O atraso injustificado nos serviços ou paralisação dos mesmos sem justa causa e prévia comunicação a contratante;

9.1.6 - A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, sem prévia autorização do Governo Municipal, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no processo de dispensa e no Contrato;

9.1.7 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

9.1.8 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pelo representante do Governo Municipal, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;

9.1.9 - Alteração social ou a modificação da finalidade ou de estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.10 - Razões de interesse público, de alta relevância e de amplo conhecimento, justificados e determinados pela Administração Pública;

9.1.11 - A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite estabelecido na lei 8.666/93.

9.1.12 - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e



contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado a contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.13 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Governo Municipal, decorrentes de serviços, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.14 - Não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais;

9.1.15 - A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

9.2. A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

9.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 9.1.10 e 9.1.15 deste instrumento, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que tiver sofrido, tendo direito a:

a) pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão;

b) pagamento do custo da desmobilização.

9.4. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, especialmente designado para este fim, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.1.1. Os representantes da contratante anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.1.2. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do mesmo eventualmente fora da especificação.

10.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.1.4. Para que não haja prejuízo dos serviços, a Contratante, poderá a qualquer momento, substituir o fiscal/gerente de contrato através de nova designação formal via portaria, que deverá ser anexada aos autos.

10.2. As competências, atribuições e responsabilidades ao gestor e fiscal de contrato serão disciplinadas conforme instrumento normativo vigente no município ou, em sua ausência, pelas disposições legais vigentes.

10.3. A presença da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao processo de dispensa de licitação e à proposta contratada.

11.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

11.3. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nº. 8.666/93.



11.4. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

11.5. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar parte do contrato sem a expressa autorização da Administração.

11.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o termo de referência, a proposta de preços e as condições previstas neste contrato.

11.7. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o processo de dispensa de licitação e a proposta contratada.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O foro da Comarca de CAUCAIA/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no §2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93 alterada e consolidada. Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Caucaia-CE, 10 de maio de 2023.

Emerson Diniz Lima
Ordenador de Despesas da Secretaria
de Saúde de Caucaia/CE
CONTRATANTE

Geraldo Henrique Araújo
AGRADA CONSTRUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA
CNPJ Nº 12.290.912/0001-24
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

CPF: 028.688.703-76

2.

CPF: 395.065.133-20



PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 2023.05.10.02/001

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL ABELARDO GADELHA DA ROCHA E HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAUCAIA/CE.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2023.05.10.02/001, DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.05.10.02, QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO OUTRO LADO A EMPRESA AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rod. CE 090, 1076 – km 01- Itambé – Caucaia, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.616.162/0001-06, através da Secretaria de Saúde, neste ato representado pelo Sr. Emerson Diniz Lima, Ordenador de Despesas, doravante denominada de CONTRATANTE, e do outro a empresa AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº: 12.290.912/0001-24, com endereço na Rua do Rosário, nº 77, 203, Fortaleza/CE, por seu representante legal, Sr. Geraldo Henrique Araújo, CPF Nº 227.241.441-72, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O Aditivo ao Contrato em questão encontra amparo legal no Art. 65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Conforme cláusula terceira e quarta do referido contrato.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo das partes:

§ 1º O contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS E PREÇOS AJUSTADOS



2.1. Passa o referido valor contratual a seguir as seguintes alterações correspondentes ao reajuste, conforme o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), passando o valor contratual de R\$ 736.380,72 (setecentos e trinta e seis mil, trezentos e oitenta reais e setenta e dois centavos) para R\$ 917.944,64 (novecentos e dezessete mil novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

TABELA CORRESPONDENTE A 25 % DE ACRESCIMO AO CONTRATO ORIGINAL*

LOTE 1 - HOSPITAL MUNICIPAL DR. ABELARDO GADELHA DA ROCHA							
ITEM	DESCRIÇÃO / CATEGORIA	TURNO	JORNADA	QTD. POSTOS	QTD. FUNIC.	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL
1	Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	12x36	4	8	11.087,69	44.350,76
2	Auxiliar de Serviços Gerais	Noturno	12x36	2	4	12.669,67	25.339,34
4	Auxiliar de Serviços Gerais	Adm.	44h	2	1	5.511,04	11.022,08
6	Encarregado de Turma	Diurno	12x36	1	2	11.950,99	11.950,99
7	Encarregado de Turma	Noturno	12x36	1	2	13.593,73	13.593,73
						TOTAL	106.256,90

LOTE 2 - HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA							
ITEM	DESCRIÇÃO / CATEGORIA	TURNO	JORNADA	QTD. POSTOS	QTD. FUNIC.	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL
1	Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	12x36	2	4	10.585,62	21.171,24
2	Auxiliar de Serviços Gerais	Noturno	12x36	2	4	12.167,60	24.335,20
4	Auxiliar de Serviços Gerais	Adm.	44h	1	1	5.260,00	5.260,00
6	Encarregado de Turma	Diurno	12x36	1	2	11.448,92	11.448,92
7	Encarregado de Turma	Noturno	12x36	1	2	13.091,66	13.091,66
						TOTAL	75.307,02

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO, a necessidade do serviço do objeto contrato nº 2023.05.10.02/001, originário da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2023.05.10.02, e que encontra respaldo no Art.65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, previsão legal existente no instrumento convocatório e na cláusula sétima do contrato nº 2023.05.10.02/001, firmado entre a Administração Municipal, através da Secretaria de Saúde e a Empresa Contratada AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA;

CONSIDERANDO, o grande aumento na movimentação hospitalar no período de transição para a gestão e execução direta dos serviços e ações de saúde pelo Município de Caucaia, aumentando assim o fluxo de profissionais trabalhando durante os processos de contratações e substituições dos profissionais, gerando assim uma grande movimentação e transtornos



operacionais, é necessário um aumento nos serviços de limpeza, para garantir a limpeza e organização do ambiente para o bom funcionamento dos serviços.

CONSIDERANDO, o aumento de procedimentos realizados nos hospitais sendo eles consultas, cirurgias e retornos, aumentando assim o fluxo de pacientes e acompanhantes, no interior dos hospitais, que somando com o atendimento de urgência de rotina torna o ambiente mais movimentado do que o normal, e tendo em vista que na contratação inicial não foi prevista o aumento tão repentino do fluxo hospitalar nesse momento de transição de gestão.

CONSIDERANDO, o período emergencial de transição para a gestão e execução direta dos serviços e ações de saúde pelo Município de Caucaia, fundamentado no Decreto Municipal nº 1.333, e 26 de abril de 2023, em que está secretaria tem que tomar providências rápidas para garantir o perfeito funcionamento das unidades de saúde Hospital Municipal Dr. Abelardo Gadelha da Rocha e Hospital e Maternidade Santa Terezinha.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais anteriormente ajustadas.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais e jurídicos.

Caucaia/CE, 07 de junho de 2023.

Emerson Diniz Lima

**ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA
DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA/CE
CONTRATANTE**

**AGRADA CONSTRUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA**

CNPJ Nº 12.290.912/0001-24

Geraldo Henrique Araújo

CPF: 227.241.441-72

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Matheus de Sousa Bezerra CPF: 089.872.313-22
2. Dequiana Gomes da Silva CPF: 052.120.42310

